

PACIFICAÇÃO E EXCLUSÃO: O ESTADIO DE FUTEBOL NA PRODUÇÃO DA CIDADE-ESPETÁCULO.

GILMAR MASCARENHAS

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

gilmasc2001@yahoo.com.br

Pesquisador CNPq - 2

Introdução

Com efeito, as últimas duas décadas vêm apresentando, em escala mundial, uma formidável onda de construção e reforma de estádios de futebol. A Copa do Mundo de 2002, a primeira realizada na Ásia, representou um marco fundamental nesse processo de mudança, mediante o esbanjamento de recursos para construir ou reformar não menos que vinte estádios, contrastando com a edição anterior, a Copa de 1998, na França, que erigiu um único novo estádio, o Stade de France, em Paris. Para realizar a Copa de 1994, os Estados Unidos seguiram critério similar e apenas reformaram seus estádios. No cenário futebolístico, o século XXI tem sido marcado pela difusão maciça das novas e sofisticadas “arenas”.

No plano arquitetônico, a tônica dominante é a ostentação monumental destes novos objetos icônicos. No aspecto funcional, prevalecem promessas de segurança, tecnologia e comodidade ao público assistente. No âmbito social, o novo conceito de estádio tende ao elitismo explícito. Na dimensão cultural, o banimento ou repressão ao amplo repertório de práticas coletivas, expresso em cantos e coreografias.

Entendemos que a recente transformação radical na forma e no conteúdo dos estádios de futebol pode ser interpretada para além das óbvias necessidades e interesses da nova economia do futebol-espetáculo. O que propomos de essencial, neste artigo, é refletir sobre em que medida as mudanças em curso são expressão de um movimento mais amplo que se passa na cidade contemporânea, se olhamos o estádio como um potencial microcosmo do universo urbano: o processo de espetacularização como faceta do espaço abstrato e, conseqüentemente, a crescente imposição do valor de troca sobre o valor de uso nos espaços de sociabilidade, apontando a “cultura” e o lazer como novas fronteiras de acumulação (ARANTES, 2000; JAMESON, 2000). Vislumbramos, nas novas

arenas, uma faceta da “redução da cota da experiência urbana” (pelo controle exacerbado da ação corporal e coletiva), um empobrecimento da experiência, como integrante do cotidiano espetacular e “desencarnado”, de que nos fala Jacques (2006: 126).

Uma de nossas premissas fundamentais é a possibilidade de reconhecer o estádio de futebol como espaço-tempo da cidade (CARLOS, 2011), como momento e lugar da realização de parcela da vida urbana. As supracitadas transformações em curso – privatização, elitização e aumento do controle sobre os corpos – podem ser lidas no contexto da produção do urbano capitalista contemporâneo. Embora o princípio mercadológico já estivesse presente no “velho estádio” – sendo este um espaço acessado pelos indivíduos unicamente pela via da aquisição de ingresso –, as novas arenas ampliam e radicalizam o sentido da cidade mercadoria, ao impor valores comerciais muito mais altos para os ingressos e para a alimentação em seu interior, eliminando assim agentes e serviços informais que tradicionalmente compunham a experiência dos torcedores. Acima de tudo, para garantir a plena realização da mercadoria, vem sendo imposto um crescente aparato normativo que visa eliminar ou subjugar práticas e usos populares, em favor de comportamentos mecânicos e dirigidos, voltados para o consumo passivo. Toda a nova arquitetura dos estádios aposta nesse princípio do controle dos corpos, condicionando a circulação dos frequentadores e reduzindo seu comportamento à passividade, distanciando-os do tradicional protagonismo festivo das massas ruidosas e, por vezes, imprevisíveis. Uma corpografia do torcedor que se pretende banir.

Tentaremos argumentar que a elitização dos estádios – ou reelitização, dependendo da escala temporal adotada – não significa apenas uma operação funcional de troca de usuários, elegendo os “melhores” e mais comportados consumidores, conforme apontou Nick Hornby (2000). As implicações dessa mudança para a reprodução social da cidade, e mais efetivamente para o universo cultural das práticas populares, são profundas, pois o estádio se constituiu historicamente como campo de pertencimento, de identidades e de uso popular. Como lugar do homem lento da metrópole. Enquanto espaço da festa e da expressão coletiva, compunha a cidade vivida, de forma que sua radical transformação afeta um capítulo do “direito à cidade” para os menos favorecidos economicamente. Processo esse que se agrava, sobretudo nos novos ditames, cada vez mais perversos, de desigual distribuição de renda no interior da metrópole.

No plano conceitual, o ponto de partida é entender o território como um conjunto de relações sociais projetadas no espaço, capazes de produzir um campo de força ou, mais precisamente, “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (SOUZA, 2008, p. 65). Nesse sentido, parece-nos desnecessário discutir a validade da aplicação do conceito de território, ou microterritório, ou ainda “nanoterritório” (SOUZA, 2006, p. 317-8), ao estádio de futebol: o equipamento em si não é um território, mas tão somente o seu suporte ou substrato material; o estádio “usado”, isto é, o conjunto de normas e de práticas socioespaciais que ali se desenvolvem é que forma um território.

A teorização de Michel Foucault nos auxilia a perceber a aplicação, aos estádios, de dispositivos de controle e “docilização” dos corpos, verificados em outros âmbitos da vida social e de suas instituições, como as câmeras por toda parte, instrumentos pan-ópticos a vigiar e punir. Embora reconheçamos o imenso potencial analítico “foucaultiano” em relação aos estádios, este caminho já foi trilhado em Mascarenhas e Gaffney (2005). Pensamos aqui inspirados em Jacques Berenstein (2004), em explorar os padrões corporais de ação no interior dos estádios enquanto lugar do conflito, e assim refletir sobre a corpografia¹ do torcedor, lançando sobre ela o debate mais amplo sobre a produção do espaço no contexto da espetacularização da cidade.

No tocante à estrutura do texto, procedemos ao seguinte encaminhamento: num primeiro momento voltamos ao objeto em si: o equipamento de uso coletivo que abriga, essencialmente, o futebol-espetáculo, ao mesmo tempo pensado como espaço vivido – de paixões e identidades clubísticas – e como territorialidade, isto é, como campo de forças, de práticas e normatizações que sinalizam disputas de sentido. Na segunda parte, reportamo-nos à cidade, em seu movimento, para trazer elementos que permitam pensar o estádio como espaço-tempo da reprodução social da metrópole, enquanto território que mobiliza paixões, forças identitárias e utopias de uma cidade menos segregada, e que, ao mesmo tempo, vem sendo alvo de um amplo pacote de intervenções e normatizações sobre o corpo do torcedor, por parte do aparelho estatal, associado a interesses do grande capital.

O estádio de futebol: forma e conteúdo

Você já entrou, alguma vez, num estádio vazio? Experimente. Pare no meio do campo, e escute. Não há nada menos vazio do que um estádio vazio. Não há nada menos mudo do que as arquibancadas sem ninguém. (GALEANO, 2002, p. 20.).

O que é um estádio de futebol? A princípio, um edifício ou equipamento de acesso coletivo que se comporta como uma centralidade física e simbólica no espaço urbano, destinada à oferta de espetáculos esportivos. No plano operacional urbanístico, funciona como uma centralidade periódica, capaz de acionar grande afluxo de visitantes em dias de jogos, forçando um reordenamento na gestão pública do seu entorno – para garantir segurança e acessibilidade –, e gerando fugazes oportunidades comerciais e de serviços ao setor informal. Não obstante tal periodicidade, que condena ao silêncio – e ao desperdício de recursos – na maior parte do tempo a imensa estrutura de concreto, do ponto de vista político e simbólico, o estádio é uma centralidade constante, permanente na paisagem física e cultural, denso de memória e topofilia.

¹ Jacques (2006:119) sugere o conceito corpografia como a “memória urbana do corpo, o registro de sua experiência na cidade”. Acreditamos que o torcedor acumulou, ao longo décadas de uso do estádio popular, todo um repertório de práticas considerado impróprio para o novo modelo de estádio, por seu protagonismo e criatividade desafiadoras da ordem.

O objeto geográfico aqui estudado encontra-se disseminado por todo o território nacional. Conforme o levantamento da Confederação Brasileira de Futebol (CBF)², o país possui mais de seiscentos estádios, sendo a região Nordeste a que concentra maior número desses equipamentos. Trata-se de um universo dotado de imensa heterogeneidade, nos mais variados aspectos: arquitetônico – porte físico, formato e capacidade de público –, locacional, econômico, funcional e simbólico. Muitos apresentam uso esporádico e atraem poucas dezenas de assistentes a cada partida, sendo que mais de 70% dos nossos estádios não têm capacidade para abrigar público superior a dez mil torcedores. A grande maioria apresenta precárias instalações físicas: mais de um terço não possui recursos de iluminação. Na supremacia urbano-metropolitana, que cada vez mais se expressa na economia do futebol brasileiro (MASCARENHAS; RAVENEL; HELLEUE, 2012), uma ínfima parcela desse conjunto concentra mais de 80% ou 90% da renda auferida por todo o universo do sistema futebolístico nacional. Exatamente esse minúsculo grupo de “superestádios”, localizados nas grandes capitais, vem sendo alvo de intensas transformações, físicas e normativas, num processo cuja radicalidade afeta o próprio campo lexical do futebol: passam a se chamar “arenas”. Neste momento, nossas reflexões dirigem-se exclusivamente a esses equipamentos, seus usos e significados na reprodução do urbano.

Por seu porte e centralidade, os estádios constituem a principal expressão visível da magnitude que alcançou o futebol no Brasil e no mundo. Entretanto, muito pouco se estudou geograficamente sobre esses monumentais objetos, não obstante sua ubiquidade no mundo contemporâneo. O maior estudioso do assunto ainda é o geógrafo inglês John Bale, ora analisando a inserção dos estádios no espaço urbano (BALE, 1993), aplicando princípios da topofilia para estudar a experiência humana em seu interior (BALE, 1994), ora tecendo sombrias projeções para o futuro dos estádios (BALE, 1998). Antes dele, Armand Frémont (1980) foi um dos poucos geógrafos que trataram efetivamente dos estádios de futebol, recorrendo a uma análise da configuração de seu espaço interno enquanto espaço vivido.

Na Geografia Brasileira, há um inexplicável silêncio. Pelo levantamento – não exaustivo – que realizamos sobre a presença dos estádios em estudos de Geografia Urbana, detectamos raras alusões, com destaque para as curiosas passagens em obras de Pierre Monbeig – anos 1940 e 1950, sobre a paisagem urbana e a cidade de São Paulo –, e uma discreta menção em Milton Santos (1996, p. 257), ao citar os “enormes estádios” para se referir à cultura popular de massas. Ao que tudo indica, o primeiro esforço de estudo geográfico dedicado essencialmente aos estádios de futebol no Brasil realizou-se por ocasião do III Simpósio Nacional de Espaço e Cultura (MASCARENHAS, 2002), seguido de outras poucas iniciativas, tais como Ferreira (2004), Gaffney e Mascarenhas (2005),

² Cf. Cadastro Nacional de Estádios de Futebol. Rio de Janeiro: CBF, 2012.

Mascarenhas e Oliveira (2006) e Mascarenhas (2009). Aparentemente, uma pequena “onda” de estudos sobre futebol na Geografia Brasileira, movidos por ocasião da Copa do Mundo 2014, pode alterar o estado da arte neste microcampo específico de investigação.

Espaço vivido e lugar de referência, o estádio alimenta o sentido de pertencimento e a constante atualização das identidades coletivas (GAFFNEY, 2008), sejam elas clubísticas – e intraclubísticas, considerando virtuais facções de torcidas de um mesmo clube –, locais, regionais ou nacionais. Em suma, o estádio, para além de sua função econômica de abrigar e comercializar espetáculos, pode e deve ser considerado como “território usado” no sentido proposto por Santos (1996). Em outras palavras, como espaço apropriado pelos usuários, que nem sempre querem se reduzir a meros consumidores e passivos observadores, mas participar ativamente da festa, inclusive expressando coletivamente suas opiniões e reivindicações. O rico movimento de apropriação do estádio faz dele um elemento singular na reprodução social da cidade.

No plano da arquitetura interna, até recentemente muitos de nossos estádios possuíam um setor popular, junto ao campo de jogo, no qual os torcedores podiam, a preços módicos – permanecendo em pé, expostos ao sol e à chuva, e com uma perspectiva precária dos movimentos gerais da partida –, frequentar com regularidade. Ali, o espectador era participante: seus gritos chegavam aos ouvidos dos que estavam em campo, bem como os objetos eventualmente arremessados. Havia uma interlocução intensa, muito semelhante ao burburinho das feiras, dos tradicionais circos e dos pequenos estádios de outrora, algo banido das grandes arenas modernas, que muito distanciam fisicamente o torcedor do jogador.

No findar do século XX, portanto, podemos vislumbrar o discreto início de uma nova fase na história e na geografia dos estádios brasileiros. Após décadas de produção orientada para o “gigantismo”, começam as reformas no sentido de redução de sua capacidade. Adveio o lento início de uma nova geração de equipamentos, inaugurada com a “Arena da Baixada”, estádio privado, em Curitiba, no ano de 1999. Assim, é possível afirmar que a importação do modelo de estádio *world class* já está em curso no Brasil há mais de uma década, o que resultou na remoção definitiva da lendária *Geral* do Maracanã e da *Coreia* do Beira-Rio (em Porto Alegre).

A produção desses objetos geográficos não se reduz apenas a uma arquitetura sofisticada e monumental, alvo de ufanismo e promotora de mais um cartão postal em nossas metrópoles. Em nossa reflexão, ela abriga novos conteúdos da urbanização, ao propor e impor suas novas formas de vivenciar a vida pública e o futebol. Adveio uma nova cultura do futebol, que Giulianotti (2002) define como a do pós-torcedor – o espectador pós-moderno, com mais dinheiro e menos identificação e paixão pelo clube, mero consumidor do espetáculo –, expande-se mundialmente. Impõe-se, nos novos estádios, uma rotina altamente organizada, a empobrecer a sociabilidade historicamente construída no processo de apropriação desse espaço público pelas massas urbanas. E assim, na contramão da cultura popular do futebol, o Brasil celebra seus novos estádios como paradigmas de modernidade. A retórica dominante enaltece tais equipamentos como dotados de uma

multifuncionalidade, atribuindo-lhes o recorrente adjetivo “multiuso”. Trata-se, na realidade, de uma adequação arquitetônica que permite o funcionamento de lojas e restaurantes no interior do estádio, bem como a organização de grandes eventos musicais, religiosos e outros. Sem dúvida, a moderna arena multiplica sua capacidade comercial ao flexibilizar as funções do equipamento. Todavia, para o torcedor engajado, o que se percebe é o movimento oposto, de restrição acentuada de seu comportamento, reduzido à condição passiva de assistir aos jogos, sentado. Portanto, ao contrário do que é entusiasticamente divulgado pelos agentes hegemônicos, interdições diversas padronizam as formas de torcer e acenam para o torcedor a clara redução da natureza efetivamente “multifuncional” do estádio tradicional, que era o verdadeiro portador da diversidade de usos: não apenas assistir a espetáculos, mas ser protagonista, e inventar formas de expressão coletiva, de cantar, dançar, comer e beber.

Não obstante funcionar a partir de lógicas próprias, universo do futebol é permeado por agentes, interesses e processos externos a ele. Por isso, as transformações na cultura, na economia e na espacialidade do futebol precisam ser também lidas a partir das macroestruturas que geram e mobilizam tendências mais gerais do mundo contemporâneo. O avanço do neoliberalismo e os processos de globalização parecem estar no centro motor do ideário hegemônico que rege as transformações que estamos aqui tentando compreender. Bem como os novos modos de pensar e gerir nossas cidades, tema de nosso próximo segmento.

Um novo estádio de futebol: projeto de espaço luminoso e de território funcional

Nas últimas três décadas, as transformações estruturais do capitalismo incidiram de forma aguda sobre a produção e gestão das cidades em escala mundial. Emergem operações emblemáticas e pontuais, voltadas para a monumentalidade espetacular, que vêm, quase sempre, acompanhadas das parcerias público-privadas, da desregulamentação edilícia, da concessão de vantagens fiscais e da privatização de serviços e espaços urbanos (Harvey, 2011). E assim, determinados lugares são eleitos pelo governo local, em parceria com o grande capital, para sofrerem as intervenções urbanísticas que os tornarão verdadeiros emblemas da “cidade global”. A produção de novos territórios que pretendem atuar como vitrines da cidade “ordenada” implica a adoção de movimentos performáticos para exibição de um novo padrão de civilidade (Barbosa, 2006). Acreditamos ser possível analisar a transformação dos estádios como expressão particular desse processo de espetacularização do urbano.

Segundo David Harvey (1992, p. 88), “o espetáculo sempre foi uma potente arma política” e se intensificou nos últimos anos como forma de projeção e controle social na cidade, no contexto da ascensão do modelo de gestão urbana empreendedorista. Diante do conceito de cidade-

cenário (SANCHEZ, 1999), não nos parece estranho propor a noção de “estádio-cenário”, considerando quanto sua atual configuração e regulação se prestam muito mais a encenações comportadas e adequadas à transmissão televisiva, do que a um espaço de livre manifestação coletiva. Não por acaso, o antropólogo e historiador Marcos Alvito sugere a noção irônica e autoexplicativa de “estádio-estúdio”³. Milton Santos (1987) já havia afirmado de forma contundente como a sociedade capitalista restringe o acesso aos direitos de cidadania apenas àqueles aptos a pagar: ao “cidadão-consumidor”. Todavia, parece que estamos diante de uma nova situação, que radicaliza a associação do consumo com direitos de acesso à *polis*: trata-se do empobrecimento da vida pública pela via da segregação espacial (a insularização), conjugada à supracitada encenação, fruto do aparato normativo emergente.

A aclamada modernização dos estádios de futebol insere-se precisamente nesse processo, posto que ela visa remover de seus recintos todos aqueles comportamentos considerados inadequados à nova ordem de consumo passivo do espetáculo futebolístico. O atual “modelo FIFA” concebe o moderno estádio como equipamento destinado a um público específico, “figurante”, seletivo, solvável, disposto a pagar caro por tecnologia, conforto e segurança. Um público “familiar” e “ordeiro”, que vai ao estádio consumir o espetáculo e não buscar tradicionais formas de protagonismo que não interessam ao novo modelo hegemônico. Ainda no plano da retórica modernizadora, pretende-se um estádio “civilizado”, em contraposição ao caos e à “barbárie” supostamente reinantes no modelo anterior, considerado vulnerável a movimentos de massa incontrolláveis e sujeito à atuação de grupos sociais “perigosos”. É notável como esse discurso sobre os estádios reproduz fielmente o que o pensamento neoliberal já vinha formulando sobre as cidades, propondo a requalificação dos espaços urbanos para eliminar a “desordem” e oferecendo a “cenografia contra o caos” (BARBOSA, 2006, p. 126-127).

Todo esse processo afeta profundamente a cultura do futebol, incluindo nela a paixão do torcedor. Segundo o antropólogo Arlei Damo, o “pertencimento clubístico” é uma modalidade de vínculo identitário intenso e imutável com o clube, gerador de um “segmento de público militante”, com grande engajamento emocional – condição para viver plenamente a excitação futebolística – e capaz de atitudes tidas como irracionais (DAMO, 2007, p. 51-53). Esta aparente irracionalidade, produtora de gestos considerados agressivos e imprevisíveis, não interessa à moderna indústria do espetáculo, que prefere um consumidor sóbrio. Ademais, um consumidor de maior poder aquisitivo, de forma que nossos novos estádios tendem a expulsar o pobre e o torcedor apaixonado, duas categorias sociais que muitas vezes se confundem no mesmo indivíduo, já que o “pertencimento clubístico” está enraizado na cultura popular urbana.

³ Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos. Cf. <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/505342-copa-do-mundo-2014-o-estado-paga-a-conta-e-a-iniciativa-privada-fica-com-o-lucro>. Acessado em 12 de janeiro de 2013.

Para se tornar um território plenamente formatado para o circuito da mercadoria, além de encarecer sobejamente o acesso do público⁴, o estádio foi alvo de toda uma nova regulamentação, destinada a garantir o conforto e o bem-estar do novo cliente. No Brasil, tais medidas vêm sendo adotadas paulatinamente. O Estatuto do Torcedor, implementado em 2003 (*Estatuto Do Torcedor 2003*) e reformulado em 2010 (*Estatuto Do Torcedor 2010*), amplia a abrangência dos atos ilegais e o rigor das penalidades, prevendo punição severa para os “indisciplinados”. Estes podem ser banidos dos estádios por longa temporada: até três anos, conforme o artigo 39 da Lei nº 12.299. Trata-se de um processo de acentuada criminalização dos torcedores. Ao mesmo tempo, surge uma nova geografia do controle social, que se estende para o raio de cinco quilômetros em torno do estádio de futebol, conforme o artigo 41-B parágrafo primeiro da mesma lei. Portanto, a imposição de novo aparato jurídico ultrapassa o recinto do estádio, para compor um anel de vigilância e “ordem pública” ao seu redor.

Enfim, o Brasil vem promovendo uma mudança efetiva na gestão dos seus principais estádios. A grande maioria desses equipamentos surgiu, historicamente, como bem estatal, quase sempre na esfera estadual. Após as reformas, tenderão a ser apropriados e geridos pela iniciativa privada, através de longos contratos de concessão. Os novos estádios impõem, por assim dizer, uma nova condição territorial, caracterizada basicamente por:

1) Limitação de acesso ao recinto, seja pela sensível redução da capacidade dos estádios, seja pelo encarecimento extremo dos ingressos ou, ainda, pelas restrições de portabilidade de inúmeros objetos e adereços, incluindo faixas e cartazes com conteúdo “político”. Em outras palavras, o cidadão está impedido de protestar nos estádios, seja contra a Federação, seja contra a CBF, ou qualquer outra entidade pela qual ele se sinta lesado.

2) Limitações severas de comportamento dentro do estádio, pela imposição de normas e vigilância onipresente, através de câmeras filmadoras, num processo de disciplinarização e constrangimento.

3) Impedimento de comercialização de determinados produtos, bem como eliminação da presença de vendedores ambulantes, de forma a reduzir ainda mais as possibilidades de geração de renda no âmbito da economia informal. Analisando o avanço da normatização sobre o estádio, podemos recuperar a afirmação de Souza (2008, p.66), segundo a qual este equipamento cumpre o papel de importante substrato espacial material para o exercício do poder. E particularmente dos micropoderes, pela escala envolvida em seu recinto.

Em suma, emerge mundialmente um novo conceito de estádio, endeusado pelos meios de comunicação e inteiramente adequado aos interesses do grande capital. As novas “arenas” agradam a segmentos sociais economicamente capazes de consumi-las, ou que não sustentam críticas ao modelo

⁴ São poucos os indivíduos que dispõem de recursos para adquirir regularmente um ingresso que, nos últimos dez anos, em todo o Brasil, sofreu reajuste médio de 300%, contra apenas 73% da inflação geral, e 84% de aumento da Cesta Básica. Cf. <http://www.espbr.com/noticias/inflacao-ingressos-futebol-preco-aumentou-300-ultimos-10-anos>. Acessado em 21 de abril de 2013.

disciplinar e à supressão de práticas populares. Muitos “clientes” sentem-se plenamente satisfeitos com a segurança, a previsibilidade e a serenidade do novo ambiente, e não escondem a satisfação de ser ele frequentado por indivíduos de estrato socioeconômico mais elevado, como ocorre em *shopping centers*, clubes e *resorts*, que operam como “espaços insulares”, enclaves que evitam a presença dos indesejáveis segmentos excluídos (BIDOU-ZACHARIASEN; GIGLIA, 2012), inserindo os novos estádios, portanto, nesse rol de espaços excludentes, redutos privatizados da passividade e do consumo.

Não obstante a massiva propaganda em favor das novas arenas, e todo o conforto material que elas proporcionam, algumas vozes dissonantes fazem-se ouvir, bem como se observam táticas de resistência à adoção do comportamento imposto. Em diversas ocasiões, frequentando os estádios construídos ou reformados para a Copa do Mundo, percebemos a recusa do torcedor em permanecer sentado durante as partidas. Funcionários dos estádios atuam no sentido de solicitar ou mesmo ordenar que os torcedores tomem assento, mas determinados grupos resistem e desobedecem constantemente. Por nós indagados sobre a desobediência, afirmam que a emoção do jogo e a perspectiva de apoiar o clube não condizem com a postura passiva ou aprisionante da cadeira. Alegam estar habituados a agir dessa forma há anos ou mesmo décadas. Nota-se que em cada estádio, uma espécie de acordo tácito entre os frequentadores define áreas distintas para os que preferem permanecer sentados e os que desejam ficar em pé, o que não impede eventuais conflitos entre os dois grupos.

Desterritorializados pela normatização elitista, determinadas práticas e agentes buscam a reterritorialização. Foi o que vivenciamos no Novo Mineirão em 18 de setembro de 2013: estádio lotado, pois Cruzeiro e Botafogo disputavam a liderança do Campeonato Brasileiro. Muitos torcedores desobedeciam sistematicamente às ordens para sentar. Alguns se sentavam e logo depois que o agente repressor local se distanciava, voltavam a ficar de pé: pequenas táticas de resistência (DE CERTEAU, 1996) e de reencontro com o velho estádio que o projeto de cidade-espetáculo quer destruir. Ao mesmo tempo, todos reclamavam do preço do insosso prato de feijão tropeiro, refeição tradicional do estádio. Soubemos então que, antes da reforma do Mineirão, centenas de carrocinhas ao redor e mesmo dentro dele vendiam o feijão tropeiro em porções generosas, baixo custo e sabor genuíno. E que, somente após muitas reclamações, a iguaria voltou a ser oferecida, pois no Novo Mineirão, o projeto alimentar se restringia às grandes cadeias de *fast food*, afinal, um estádio *world class* não deve se sujeitar à gastronomia popular, nem à informalidade. A pressão dos torcedores vem assim produzindo resultados no rearranjo do estádio: micropoderes em ação.

É interessante registrar que a resistência ao novo modelo realiza-se também fora do calendário futebolístico do estádio, especialmente por grupos ativistas. O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, no Rio de Janeiro, promove intensa campanha contra a privatização e a elitização do Maracanã. “O Maraca é nosso” é entoado nas manifestações, com o sentido de reapropriação popular desse equipamento de uso coletivo que representa um bem simbólico para a identidade do carioca. Percebemos que a Copa do Mundo, ao promover a imposição das novas arenas, realizou,

involuntariamente, a aproximação de grupos sociais que até então se mantinham relativamente distantes, ou com vínculos tênues: o torcedor e o militante de esquerda. O ativismo social, que historicamente pleiteia uma cidade mais justa e mais democrática, por meio de diversas correntes político-ideológicas, só incorporou o estádio de futebol em sua agenda quando este se tornou alvo de uma reforma que representa, no fundo, um movimento mais amplo de afirmação de uma cidade mais desigual, onde se privilegiam os espaços de consumo exclusivo e se segregam aqueles que não podem pagar para ter acesso a bens e serviços tradicionalmente componentes do cotidiano popular da cidade, sua cultura e sua identidade. O movimento social em questão manifesta-se contrariamente à privatização do estádio, entendendo tal operação como a entrega de um patrimônio sociocultural à lógica estreita e implacável do mercado. Neste sentido, recorreremos às reflexões de Ana Fani Carlos (2010, p. 187), quando enfatiza que a afirmação da lógica do mercado tem como consequência:

[...] o empobrecimento, o esvaziamento dos espaços públicos, a normatização dos momentos do lazer e do ócio. A propriedade privada se impõe como potência estranha, redefinindo, constantemente, a realização da vida, delimitando-a e normatizando-a [...]. Trata-se do momento histórico que determina a produção da cidade, no qual o uso é subsumido pelo valor de troca; momento em que o planejamento produz a cidade enquanto espaço funcionalizado. Ora, quanto mais funcionalizado e organizado é o espaço, menos ele se presta ao uso [...].

Considerações finais

Entendemos que os estádios são memória acumulada, vivida coletivamente. Gigantescos templos de concreto, nos quais Freud já havia detectado uma dimensão “sagrada”: o formato “circular” das grandes arenas evocaria o eterno retorno dos tempos, exercício facilmente associado ao ciclo das temporadas esportivas (MORRIS, 1981). Meca de cânticos profanos, ao ingressar nesse recinto, o indivíduo vivencia a suspensão do tempo externo. Presente na Antiguidade, como o Coliseu romano, espaço de grandes rituais de afirmação do poder político, o estádio materializa e espacializa a festa. Estamos, pois, diante de um equipamento de uso coletivo muito especial, ou pelo menos muito específico, que guarda uma longa trajetória na produção do urbano e assume, em nossos dias, um lugar de certa relevância na reprodução social.

O processo de transformação a que estão sendo submetidos os estádios, orientado por agentes globais e conduzido por atores hegemônicos locais, precisa ser estudado também sob a perspectiva do território, do uso e das microterritorialidades que neles se realizam, engendrando cenários de conflitos e resistências. Propusemos aqui uma reflexão sobre o estádio enquanto espaço público onde são latentes as disputas pelo sentido da cidade. Nas palavras de Ana Fernandes (2006: 62), concebendo o espaço público “enquanto esfera do direito, da política, da democracia e da expressividade, contrapondo-se frontalmente à

hegemonia do espaço público coisificado, adocicado e da cidade estratégica”, este que se verifica no projeto elitista e excludente do novo estádio.

O estádio é essencialmente espaço político. O torcedor ali expressa não apenas sua paixão, mas também suas reivindicações diante da gestão do clube, bem como levanta bandeiras e manifesta suas opiniões sobre questões sociais. O poder estatal também se apropria daquele espaço: podemos citar o uso constante do Estádio de São Januário, pelo Estado Novo, ou a presença habitual do presidente Médici na tribuna do Maracanã. No lado oposto, um dos casos mais notórios é o estádio Camp Nou, em Barcelona, o qual, durante a era franquista, foi forjado pelos catalães como o único espaço possível para expressar sua língua e protestar contra o regime.

O processo que aqui estudamos expressa a imposição da lógica “eficiente” da gestão empresarial sobre as cidades, consideradas pelo pensamento neoliberal como espaços potencialmente perigosos, que oferecem riscos indesejáveis ao necessário ambiente de negócios. Nesse sentido, as intervenções emblemáticas buscam instaurar o controle e a ordem contra o caos iminente. Sabemos o quanto a dinâmica de apropriação popular dos estádios “fordistas” de certa forma excluía segmentos sociais interessados no futebol, que alimentavam, todavia, certa topofobia, tomando tais espaços como lugares violentos e machistas, razão pela qual não podemos ser nostálgicos: o ambiente reinante em dias de confronto de grandes rivalidades clubísticas era hostil para mulheres, idosos e crianças. Mas o novo modelo que se impõe, sem diálogo, não deixa de engendrar novos – e mais abrangentes – mecanismos de exclusão. Ademais, o velho estádio, por sua própria arquitetura simplificada, permitia liberdade muito maior de apropriação, bem como a movimentação dos coletivos de torcedores, que ali produziram uma corpografia peculiar. O atual modelo é nitidamente cerceador, tendendo, segundo Bale (1998), a assemelhar-se aos espaços carcerários, contra o qual, conforme argumentamos aqui, alguns torcedores promovem táticas de subversão. Lugar do vivido, preenchido por paixões e locuções, o estádio não se cala. E assim o jogo continua, na disputa pelo sentido do estádio, que sinaliza, de alguma forma, a luta pelo sentido da cidade.

David Harvey aponta para a ocorrência de processos de acumulação por despossessão nos mais diversos âmbitos da vida cotidiana, pois o capital realiza sua própria natureza de busca incessante por novos espaços e oportunidades de acumulação. No caso do futebol, percebemos um movimento claro de despossessão no grande estádio, espaço então apropriado, enquanto território usado, pelas massas urbanas. Expropriar este microcosmo para nele operar transformações radicais no sentido da

valorização do espaço, o que permite novas formas de realização do valor: das inúmeras novas lojas em seu interior à exploração dos “naming rights” e à realização de eventos caros (incluindo inusitadas cerimônias matrimoniais). O espaço popular do estádio tomado não como referencia cultural, mas como recurso, pois esta é a visão capitalista do território: um potencial de exploração para fins de realização de novos processos de mercantilização.

Em suma, o novo modelo de estádio representa uma evidente política de pacificação deste singular espaço-tempo de reprodução social da cidade. A cênarização, outro processo central em curso na produção da cidade espetáculo, também está presente no movimento de recomposição do estádio enquanto forma e conteúdo. Mas as táticas “contra-hegemônicas” do torcedor se verificam aqui e ali, na forma de ações mais ou menos moleculares, buscando brechas, buscando seu espaço de sobrevivência cultural e política na cidade que se espetaculariza em mais este campo do existir cotidiano.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 11-73.
- BALE, John. *Landscapes of Modern Sports*. Leicester: Leicester University Press (UK), 1994.
- _____. *Sport, Space and the City*. New York: Routledge, 1993.
- _____. *Virtual fandoms: “futurescapes” of football*. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, n. 10, 1998. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd10/jbale.htm>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2014
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine; GIGLIA, Angela. Vers la ville insulaire, Tendences globales, effets locaux. (editorial). *Espaces et Sociétés*, Paris, v. 150, n. 3, p. 7-14, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136-153.
- BROMBERGER, Christian. El hinchismo como espectáculo total: una puesta en escena codificada y paródica. *Lecturas: Revista Digital*, Buenos Aires, a. 7, n. 36, 2001. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd36/ident.htm>>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2014
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Sobre a gestão democrática da cidade: questões para o debate. *GeoTextos*, Salvador, v. 6, n.1, p. 179-189, 2010.
- _____. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

- DAMO, Arley Sander. *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*; São Paulo: Hucitec e ANPOCS, 2007.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2 ed., 1996 [1990].
- FERNANDES, Ana. Cidade e cultura: rompimento e promessa. In: JEUDY, H. e JACQUES, P.B. *Corpos e cenários urbanos*. Salvador: EDUFBA, 2006, pp. 51-64.
- FERREIRA, Fernando da Costa. *O bairro Vasco da Gama: um novo bairro, uma nova identidade?* 2004. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- GAFFNEY, Christopher. *Temples of earthbound gods: stadiums in the cultural landscapes of Rio de Janeiro and Buenos Aires*. Austin: University of Texas Press, 2008.
- GAFFNEY, Christopher; MASCARENHAS, Gilmar. The soccer stadium as a disciplinary space. Rio de Janeiro, *Revista Esporte e Sociedade*, n. 1, v. 1, p. 1-16, nov.2005-fev. 2006.
- GALEANO, Eduardo. *Futebol ao Sol e à Sombra*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- _____. *Le capitalisme contre Le droit à la ville: néolibéralisme, urbanisation, résistances*. Paris: editions Amsterdam, 2011.
- _____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1870*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- JACQUES, Paola B.. Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade”. In: JEUDY, H. e JACQUES, P.B. *Corpos e cenários urbanos*. Salvador: EDUFBA, 2006, pp. 117-139.
- _____. *Espetacularização Urbana Contemporânea*, Cadernos do PPG-AU especial “Territórios Urbanos e Políticas Culturais”, Salvador, 2004.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2002.
- LOGAN, John; MOLOTCH, Harvey. *Urban Fortunes: The political Economy of Place*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- MASCARENHAS, Gilmar. *A bola nas redes e o enredo do lugar: uma geografia do futebol e de seu advento no Rio Grande do Sul*. 2001. 289 f.Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- _____. Semeando no deserto: a cidade e o futebol em Pierre Monbeig. I ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, vol. 1. *Anais...* Rio Claro: UNESP, 1999. p. 53-60.
- _____. O estádio de futebol: evolução de suas formas e tendências locacionais 2002. III SIMPÓSIO NACIONAL DE ESPAÇO E CULTURA. *Anais (CD-ROM)* Rio de Janeiro: UERJ, 2002.
- MASCARENHAS, Gilmar; RAVENEL, Loïc; HELLEUE, Bóris. Metropolização e futebol. In: SILVA, Catia A.; LOUREIRO, Anita. RIBEIRO, Ana Clara T.. (Org.). *Metrópoles: entre o global e as experiências cotidianas*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012, p. 72-87.
- MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, Leandro Dias de. Adeus ao proletariado? :A dimensão simbólica do estádio da cidadania (Volta Redonda RJ / Brasil). *Lecturas Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, v. 101, p. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd101/estadio.htm>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2014
- MASON, Tony. *Association Football and English Society (1863-1915)*. Brighton: The Harvester Press, 1980 .
- MORRIS, Desmond. *The Soccer Tribe*. London: Cape. 1981.
- SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, Rio de Janeiro, n. 1, p.115-132, 1999.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *O espaço do cidadão*. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 2007.
- SOUZA, Marcelo Lopes. “Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p .57-72
- _____. *A prisão e a ágora*. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- TSOUKALA, Anastassia. Dispositifs de sécurité contre le hooliganisme et droits des supporters en Europe. In: BUSSET, Thomas; JACCOUD, Christopher; DUBEY, Jean- Philippe; MALATESTA, Dominique. (org.) *Le football à l'épreuve de la violence et de l'extrémisme*. Lausanne: Antipodes, 2008. p. 189-197.